



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO

DECRETO Nº1061/2016, DE 13 DE JANEIRO DE 2016.

CÂMARA MUNICIPAL DE FERNÃO  
**PUBLICAÇÃO**  
Este documento foi tornado público  
por afixação no ÁTRIO DA CÂMARA  
MUNICIPAL de Fernão.  
Fernão, 28/1/2016  
EDNA HUSS GARCIA  
Auxiliar de Serviços

**“DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E APLICAÇÃO DOS IMPOSTOS MUNICIPAIS EM CONSONÂNCIA COM AS DISPOSIÇÕES CONTIDAS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 001/97 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1997, LEI Nº 146/2001, SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.**

**ALTEMAR CANELDA CAMPOS**, Prefeito Municipal de Fernão, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** - a existência de normas e recomendações constantes do Código Tributário do Município de Fernão Lei Complementar n.º 001/97 de 26 de Dezembro de 1997, com novas alterações introduzidas pela Lei Complementar n.º 003/98 de 03 de Dezembro de 1998, Lei Complementar n.º 004/99 de 03 de Dezembro de 1999 e pela Lei Complementar n.º 005/2000 de 22 de Dezembro de 2000, Lei n.º 146/2001, Lei Complementar n.º 010/2003 de 02 Dezembro de 2003; Lei Complementar n.º 011/2004.

**CONSIDERANDO** - que a Lei 769/2014 de 05 de dezembro de 2014, que institui a Contribuição de Iluminação Pública prevista no artigo 149-A da Constituição Federal prevê em seu artigo 2º, parágrafo único, que a contribuição relativa aos imóveis não edificadas será lançado juntamente com o IPTU correspondente ao imóvel;

**CONSIDERANDO** - que cabe privativamente ao Município proceder à regulamentação e aplicação dos impostos e Tributos Municipais.

## DECRETA:

**Art. 1º** - Os tributos incidentes sobre a propriedade serão cobrados conjuntamente com a Contribuição de Iluminação Pública relativa aos imóveis não edificadas, em um único carnê de lançamento, segundo as disposições contidas na legislação tributária municipal vigente, regulamentadas por este Decreto e de conformidade com a especificação abaixo:

- a) Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana;
- b) Imposto sobre a Propriedade Predial;
- c) Taxa de Remoção de Lixo Domiciliar;



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO

- d) Taxa de Conservação de Vias Públicas;
- e) Contribuição para Iluminação Pública - CIP
- f) Emolumentos.

**Art. 2º** - Todos os valores constantes das tabelas da Lei Complementar nº 001/97 e posteriores alterações serão lançados conforme Lei Municipal nº 146/2001, de 01 de fevereiro de 2001.

**Art. 3º** - Os valores venais das propriedades territoriais urbanas para o cálculo do Imposto sobre a Propriedade Urbana são constantes da codificação da Planta Genérica de Valores e expressos em Reais através da Tabela constante do Anexo I, da Lei Complementar n.º 001/97 de 26 de Dezembro de 1997, de acordo com o Artigo 1º, com novas alterações introduzidas por Leis Complementares posteriores e por último, pela Lei Complementar nº 010/2003 de 02 de Dezembro de 2003.

**§ Único** - A codificação da Planta Genérica de Valores, e constantes da Tabela do Anexo I, da Lei Complementar n.º 001/97 de 26 de Dezembro de 1997 e suas posteriores alterações, correspondem ao valor tributário do terreno, por metro linear de testada devidamente corrigido.

**Art. 4º** - Os valores das edificações para o cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial, será apurado em função do Sistema de Pontuação e cobrado de acordo com a Tabela constante do Anexo II, da Lei Complementar n.º 001/97 de 26 de Dezembro de 1997, com novas alterações introduzidas por Leis Complementares posteriores e por último, pela Lei Complementar nº 010/2003 de 02 de Dezembro de 2003.

**Art. 5º** - As Taxas de Serviços Urbanos serão lançadas e cobradas de acordo com a tabela constante do anexo III, da Lei Complementar n.º 001/97 de 26 de Dezembro de 1997, com novas alterações introduzidas por Leis Complementares posteriores e por último, pela Lei Complementar nº 010/2003 de 02 de Dezembro de 2003.

**Art. 6º** - Os serviços burocráticos prestados em razão de requerimento, representações e petições submetidas ao exame, apreciação ou despacho das autoridades municipais, ou ainda, a expedição de avisos de lançamentos, certidões, lavraturas de termos e contratos, serão cobrados através de preços públicos de acordo com a Tabela constante de Anexo X, da Lei Complementar n.º 001/97 de 26 de Dezembro de 1997, com novas alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 004/99 de 03 de Dezembro de 1999 e Anexo I, do Decreto nº 1044/2015, de 26 de agosto de 2015.

**Art. 7º** - A Taxa de Licença de Localização e a Taxa de Licença e Fiscalização e Funcionamento, possuem vencimento único para o dia 31 de março de 2016, e serão cobradas de conformidade com a Tabela constante do Anexo IV, da Lei Complementar n.º 001/97 de 26 de Dezembro de 1997, com novas alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 004/99 de 03 de Dezembro de 1999.



# PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNÃO

**Art. 8º** - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, quando tributado por alíquotas fixas em Reais, serão calculados pela Fazenda Municipal e recolhido pelos contribuintes, nos seguintes vencimentos:

- 1ª) Parcela em 10 de Maio de 2016;
- 2ª) Parcela em 10 de Julho de 2016;
- 3ª) Parcela em 10 de Setembro de 2016;
- 4ª) Parcela em 10 de Dezembro de 2016.

**§ Único** - O contribuinte do imposto que trata este artigo, se efetuar o pagamento da parcela única até o dia 10 de maio de 2016, gozará de um desconto de 10% (dez por cento), que constará da parcela única.

**Art. 9º** - Os Impostos sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana, a Contribuição para a Iluminação Pública – CIP relativa aos imóveis não edificados e as Taxas de Serviços serão parceladas em função dos seus valores, cujos vencimentos estão fixados na Tabela I em anexa.

**§ Único** - O pagamento da parcela única poderá ser efetivado a qualquer tempo, sendo o vencimento máximo de 23 de Dezembro de 2016, sendo que os demais vencimentos de acordo com o previsto ao Anexo I deste, que ficam fazendo parte integrante, e propiciará ao contribuinte o gozo de um desconto de 10% (dez por cento), já lançado na parcela, para pagamento até 08 de abril de 2015, e 5% (cinco por cento) para os demais vencimentos.

**Art. 10** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua Publicação.

**Art. 11** - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Fernão, 13 de janeiro de 2016.

  
**Altamar Canelada Campos**  
**Prefeito Municipal**

  
Registrado e Publicado por afixação no Saguão da Prefeitura Municipal de Fernão, em local próprio - Data Supra.